



Câmara Dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2013 (Do Sr. Guilherme Campos – PSD/SP)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda quanto o aumento necessário nas alíquotas de IPI sobre tabaco para compensar os R\$40 milhões de impacto orçamentário e financeiro do PL 6.146/2009.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno desta Casa que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações acerca da compensação orçamentaria e financeira do Projeto de Lei nº 6.146, de 2009, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- a) O
- aumento da arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 2014, suficiente para, após as transferências constitucionais e legais para Estados/DF e Municípios, como, por exemplo, o FPM e o FPE, reste no caixa da União R\$40 milhões, valor correspondente ao impacto orçamentário-financeiro em 2014 do Projeto de Lei nº 6.146/2009, que trata da implantação de bolsa extra anual ao médico residente. Tal valor de impacto foi-me informado pelo Ofício nº 275/2012/MP, de 10/09/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- b) Q
- ual o aumento linear necessário às atuais alíquotas de IPI sobre tabaco,



Câmara Dos Deputados

suficientes para arrecadar o valor apresentado como resposta do questionamento anterior? Ressalto que as alíquotas a que me refiro são os listados na Tabela TIPI, capítulo 24 – Tabaco e seus sucedâneos manufaturados, considerando apenas aqueles que lá listados como tributáveis.

JUSTIFICAÇÃO

Fui designado relator, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, do Projeto de Lei nº 6.146, de 2009, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, e o presente requerimento é primordial para poder adequar orçamentária e financeiramente a presente proposição e assim atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013.

Sala das Sessões, em de Maio de 2013.

Deputado GUILHERME CAMPOS

PSD/SP